

DISCUTINDO SOBRE O ESTADO, ENSINANDO SOBRE GÊNERO: AS LIÇÕES DO CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE

Ana Claudia Farranha¹

RESUMO

Este texto busca apresentar algumas reflexões obtidas a partir da disciplina Gênero e Estado, no curso Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O curso Gênero e Diversidade é uma iniciativa, no âmbito da graduação, articulada a partir do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e tem por objetivo formar profissionais capazes de trazer a dimensão de gênero para as políticas públicas. A disciplina Gênero e Estado possibilitou um diálogo entre a teoria política e a teoria feminista. Sendo assim, apresentarei a forma como o programa da disciplina foi desenvolvido e quais as principais referências trabalhadas. Discutirei as impressões dos alunos sobre esta experiência e, por fim, buscarei sistematizar as principais lições desta experiência, identificando quais as principais questões trazidas pela categoria gênero no ensino de Teoria do Estado, cuja interseção direta reflete nos estudos sobre Administração Pública, democracia e desigualdades

Palavras-chaves: Estado, Gênero, Teoria Política, Teoria Feminista e Diversidade

DISCUSSING ABOUT STATE, TEACHING ABOUT GENDER: THE LESSONS OF COURSE GENDER AND DIVERSITY

ABSTRACT

This paper aims to present some reflections derived from the discipline and the State and Gender, in the Federal University of Bahia (UFBA). The discipline happened in the Gender and Diversity course, an initiative at the undergraduate level, articulated from the Center for Interdisciplinary Studies on Women (NEIM) and aims to train professionals capable of bringing the gender dimension to public policy. The discipline Gender and State allowed a dialogue between political theory and feminist theory. Therefore, I will present how the syllabus was developed and the main references worked. Discuss the impressions of students about this experience and, finally, seek to systematize the main lessons of this experience, identifying the main issues brought about by the gender category in teaching Theory of the State, whose intersection directly reflected in studies on public administration, democracy and inequality

Keywords: State, Gender, Political Theory, Feminist Theory and Diversity

¹ - Professora Adjunta da UnB (Campus Planaltina), Doutora em Ciência Sociais pela UNICAMP. Pesquisadora no tema políticas públicas e equidade. E-mails: farranha@unb.br ou anclaud@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO:

Quais as relações entre gênero e Estado?? Como a Teoria Política tem se comportado diante das questões levantadas pela dimensão de gênero?? Como os temas referentes à democracia, à participação e ao exercício do poder podem ser reinterpretados à luz da crítica feminista ao paradigma, de organização vertical do poder, que informa as Teorias do Estado Moderno?? Em que medida esses temas tocam o ensino da ciência política e administração, com ênfase na dimensão pública.

Este texto não esgota este conjunto de problematizações, mas pretende ser uma reflexão que busca apresentar, do ponto de vista teórico, a forma como o conceito de Estado merece ser discutido e pensando a partir da perspectiva de gênero.

Sendo assim, tomo como referência a experiência do Bacharelado em Gênero e Diversidades, no Departamento de Ciência Política, coordenado pelo Núcleo de Estudos Integrados da Mulher – NEIM, na Universidade Federal da Bahia – UFBA, onde tive a oportunidade de, no 2o. Semestre de 2009, colaborar como professora da disciplina Gênero e Estado (FCHE 43). Para a reflexão proposta, aqui, apontarei como o programa da disciplina foi montado e a escolha metodológica em torno das referências relacionadas tanto a Teoria Política quanto a Teoria Feminista. Discutirei as impressões dos alunos sobre esta experiência e, por fim, buscarei sistematizar as principais lições desta experiência, identificando quais as principais questões trazidas pela categoria gênero no ensino de Teoria do Estado.

2 GÊNERO E ESTADO: A ARTICULAÇÃO DESTA DISCUSSÃO

O Bacharelado em Gênero e Diversidades surge no marco de uma estratégia universitária de ampliação de vagas no ensino superior público, bem como de implementação de graduações que se relacionam com vocações culturais, econômicas e políticas regionais². Neste sentido, a expertise do Núcleo de Estudos Interdisciplinares

² - Trata-se do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

da Mulher - NEIM, bem como a experiência no tema levou a criação, em 2008, do Bacharelado em questão, cujo principal objetivo é formar profissionais capazes de atuar no mercado profissional,

como profissional qualificado, individualmente ou em equipes multidisciplinares em cooperativas, associações, sindicatos, empresas privadas ou públicas tanto no planejamento, na avaliação, no monitoramento, como na execução de atividades, ações, projetos, programas de desenvolvimento regional, políticas públicas em geral, que envolvam a abordagem de gênero e suas interseccionalidades (NEIM, 2010, p. 09).

Neste contexto, oferecer aos discentes uma base que permita uma conexão entre os conteúdos relacionados a formação, extensão e organização do poder político estatal e as questões de gênero, principalmente a aplicabilidade delas, foi o objetivo central da disciplina Gênero e Estado. Sob esta perspectiva, os objetivos educacionais da disciplina eram:

- Apresentar as principais interpretações teóricas acerca do Estado;
- Analisar os fundamentos teórico da critica feminista às teorias do Estado;
- Conhecer a contribuição do pensamento feminista na questão da cidadania;
- Analisar os desafios para inserção das questões de gênero na teoria política.

Estes objetivos foram organizados nos seguintes conteúdos:

- O poder e a dominação,
- O Estado e o sistema estatal;
- Crítica ao pensamento liberal;
- A dicotomia público/privado;
- A teoria feminista do Estado;
- Igualdade, Cidadania e Democracia.

Do ponto de vista das referências, as escolhas se deram tomando como ponto de partida os *clássicos da política*. Sendo assim, optei por apresentar a discussão acerca da origem e extensão do poder político na Modernidade, destacando, principalmente, os contratualistas. Os autores trabalhados foram Hobbes, Locke e Rousseau e a problematização levantada tinha como principal questão: identificar qual o fundamento do contrato? Em que medida as relações de gênero se manifestam nesta interpretação teórica e qual o sentido de liberdade para homens e mulheres?

Na sequência, a discussão trabalhada tomava como referência a abordagem weberiana e marxista sobre a natureza e o conceito de dominação. Na discussão sobre Weber, a problematização retomava considerações acerca do conceito de patriarcado. Nesse aspecto, em particular, deve-se destacar a importância desse conceito. Ainda que haja no campo dos estudos feministas uma reformulação dessa abordagem, buscando desconstituir qualquer mecanicismo desta discussão³, esse conceito remonta idéia de que a dominação das mulheres resulta de uma subordinação advinda do controle e domínio da sexualidade (COSTA, 1998, p. 28)

Foi importante, apresentar aos discentes a noção trabalhada pela crítica feminista, cujo cerne é a compreensão do patriarcado para além de uma abordagem histórica e exercício da política baseada nas lealdades, mas assinalando como este conceito enseja uma perspectiva de relações políticas que atravessam o arranjo institucional moderno e interfere diretamente no processo de construção social do lugar político de homens e mulheres na Modernidade. Assim, na leitura feminista a dominação patriarcal/patrimonial apresentada por Weber ignora a perspectiva das relações entre homens e mulheres no âmbito das relações privadas: casamento e família.

A discussão acerca do conceito de dominação em Marx pautou-se na perspectiva de mostrar como esta interpretação sobre Estado relega ao plano das relações econômicas a perspectiva de ruptura com o modo de produção capitalista. Sendo assim, há certa cegueira na leitura de Engels e Marx acerca do papel das mulheres e da divisão sexual do trabalho. Como aponta MacKinnon, para Engels “o lugar da mulher é no lar, trata-se de uma divisão sexual do trabalho, a qual é original, não explorador e para fins da reprodução”. (MACKINON, 1989, p.67)

Ainda na perspectiva de explicar a origem e extensão do poder estatal e compreender a forma como este poder vai tomando forma no Estado Moderno e Contemporâneo. Trabalhei com a discussão proposta do Ralf Milliband, em que este autor avança na descrição e análise dos instrumentos coercitivos e normativos do Estado, destacando as fissuras e frações de classe no exercício do poder. Para completar a discussão, trabalhei

³ - Sobre isso ver MACHADO, 2000.

a perspectiva Gramsci, cuja abordagem permitiu identificar nos conceitos de hegemonia, bloco histórico e ideologia, ferramentas de análise e pesquisa, que possibilitaram discutir como a luta feminista vem redesenhando aspectos na construção democrática e, em que medida um conjunto de propostas vem sendo apropriadas pela lógica tradicional de poder, de forma a arrefecer esta luta. A discussão desses autores proporcionou identificar que o exercício do poder no Estado Capitalista não é uma *via de mão única*, mas há sempre possibilidade de redenshar arranjos, nos quais a dimensão de gênero pode (e merece) ser resignificada.

Buscando, compreender a forma como se deu o processo de construção do Estado de bem-estar, trabalhei com Claus Offe, e o resultado da discussão levou ao questionamento acerca de como a dimensão de gênero foi incorporada a esta estratégia de distribuição de poder e de equilíbrio em torno de demandas políticas deste Estado. A riqueza desta discussão consistiu na forma como os discentes identificaram que as disputas em torno de políticas de redistribuição não evidenciam a perspectiva das condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Identificaram, também, como os benefícios sociais são apresentados de maneira universal, sem que se tenha qualquer compromisso com o sentido de equidade ou de reconhecimento das diferenças neste processo, em que os bens que não são auferidos, apenas pelo acesso ao mercado, mas que dependem de uma lógica de como se dá esse acesso. No caso das mulheres, o Estado de Bem Estar tradicional deixa de considerar as trajetórias de inclusão nesse mercado, bem como as tarefas ligadas à reprodução e o trabalho de cuidado.

A segunda parte do curso trazia elementos da crítica feminista acerca deste conjunto de teorias. Esta crítica pode ser, assim, sumariada. Segundo Patteman, existe um contrato sexual que antecede a criação jurídico-política, proposta pelos contratualistas,

O contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada. As versões tradicionais da teoria do contrato social não examinam toda a história e os teóricos contemporâneos do contrato não dão nenhuma indicação de que metade do acordo está faltando (Patteman, 1993, p. 16)

A questão lançada acerca de qual a natureza da liberdade civil levava em consideração o fato de que se observa que ela não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Do ponto de vista metodológico, isto leva a identificar que o 1º. elemento da crítica feminista, que é:

- a) A distinção entre público e privado como elemento de dominação das relações entre homens e mulheres e, o fato destas relações serem o fundamento da sociedade política. As implicações disto na Teoria Política são as assimetrias de poder: idéia de teto de cristal, as diferenças de remuneração, a baixa participação das mulheres na esfera formal da política, a noção de “cuidado” como atributo central de reconhecimento das mulheres no espaço público.

Outro aspecto da crítica feminista à Teoria Política clássica refere-se aos elementos apresentados pela abordagem marxista. Sendo assim, a leitura marxista da dominação não identifica as relações patriarcais dentro da família e uma leitura que naturaliza a divisão do trabalho no âmbito da família, que tem como resultado o fato de que com a dissolução das classes a questão da opressão das mulheres estaria desfeita, pois a distinção entre público e privado não teria mais o mesmo peso que tem na formulação do pensamento liberal.

E, como conclusão, as questões abordadas conduziram para uma perspectiva acerca da noção de cidadania. Mas, de que cidadania esta abordagem nos permite falar?? Há na discussão brasileira uma importante contribuição das feministas para rediscutir a questão da democracia e da cidadania⁴. A questão central trabalhada foi compreender a cidadania como uma estratégia relacionada a idéia de *direitos a ter direitos* (Dagnino, 2004); a compreensão do binômio *diferença X igualdade* (Scott, 2005) e discussão acerca do impacto das lutas feministas no espaço público, destacando a dimensão da implementação das políticas públicas, seja na sua perspectiva de representação (Miguel, 2000) ou na perspectiva orçamentária (Elson, 2004).

Do ponto de vista da avaliação, utilizei todos os instrumentos e recursos metodológicos que usamos nos cursos em geral: fichamento, leitura de textos, aulas expositivas e dialogadas, apresentação de seminários e problematizações em torno de questões da

⁴ - Sobre isto, destaco 03 textos significativos deste debate: ALVAREZ, Sonia. A “Globalização” dos feminismos latino-americano: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, S., DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.; ALVAREZ, Sônia. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988 e DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a emergência de uma noção de cidadania. In: DAGNINO (org), E. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

disciplina e filmes. Neste caso, específico, discutir o filme *Milk – a voz da igualdade*⁵ foi extremamente rico, pois, possibilitou aos alunos/as conectar elementos de percepção da realidade com a discussão teórica que estava sendo proposta.

O desafio da avaliação consistiu em combinar situações fáticas da luta pela igualdade mostrando como estes fatos são absorvidos no plano do Estado. Isto permitiu que fosse produzido nos discentes aquilo que é a intenção no processo de formação: mostrar as fissuras do modelo hegemônico e criar um campo que se construa políticas, projetos e ações para equidade.

A seguir, apresentaremos algumas das opiniões dos alunos acerca da experiência da disciplina.

3. A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS: ouvindo quem vai trabalhar com a dimensão de gênero

No último dia de aula da disciplina (02/12), depois de divulgado o resultado e intencionando escrever sobre o que foi o processo de ensino desta experiência, expliquei aos discentes que apresentaria um trabalho com este conteúdo. Neste sentido, circulei algumas questões, as quais apresento abaixo, e cuja devolução foi de 04 questionários em um universo de 13 alunos que estavam matriculados na disciplina⁶.

As perguntas foram:

- a) Qual a relação que você estabelece entre a Teoria do Estado e o conceito de gênero?
- b) Quais os pontos marcantes da disciplina?
- c) Quais os pontos a serem aprofundados?
- d) Quais as lições e aprendizados da disciplina?
- e) Como ligar a teoria a prática?

⁵ - Harvey Milk um político e ativista gay. Sendo o primeiro ativista gay a se eleger no serviço público americano. O filme mostra a biografia de Harvey Milk.

⁶ _ Neste aspecto, não estou trabalhando com a representatividade destas percepções, mas, efetivamente, com as sinalizações que elas apontam.

As respostas figuram no quadro a seguir,

Quadro 1: Respostas as questões de avaliação da disciplina:

Questões	Respostas
Qual a relação que você estabelece entre a Teoria do Estado e o conceito de gênero?	• “Vejo a Teoria do Estado como uma tentativa de continuação da hegemonia existente e participante direto das construções e relações hierárquicas, pois o Estado como dominação contribui para a manutenção das diferenças, reservando a mulher, o privado e ao homem, o privado (Discente 1) • “A Teoria do Estado é fundamental para entender o conceito de gênero, porque o recorte de gênero perpassa pelas políticas públicas” É através destas que as questões de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres se fundamenta” (Discente 2) • É teoricamente só teoria, gênero é um fenômeno articulador, organizador da sociedade e dos indivíduos. É preciso a inserção de gênero para organizar o Estado e monitorar essa inserção com o objetivo de ter certeza que está organizando realmente, com a redução das desigualdades para com a minoria.” (Discente 3) • Uma relação entre poder e o desempoderamento das mulheres, pois a análise do conceito de gênero mostrou e clarificou a desigualdade existente na relação da esfera pública e política, historicamente desenvolvida entre os homens e as mulheres. Percepções de que essa Teoria do Estado foi pensada por e para homens. (Discente 4)
Quais os pontos marcantes da disciplina?	• Teoria do Estado, Público e Privado, Estado Democrático, Os contratualistas, Claus Offe e o Capitalismo, O Estado de Direito e o Estado de bem-estar social (Discente 1). • Estudar a Teoria do Estado e o sistema de governo, a partir dos teóricos Claus Offe e Gramsci e Milliband (Discente 2) • Os pontos marcantes para mim foram os seminários que foram discutidos temas importantes: cotas, políticas públicas e orçamento (Discente 3) • O conhecimento de como opera o Estado, com suas funções e objetivos de acumulações de capitais. E como as articulações das ideologias hegemônicas, junto com o capitalismo, e de certa forma comanda o Estado. (Discente 4)
Quais os pontos a serem aprofundados?	• Acredito que poderia ser mais aprofundado a Teoria do Estado, pois para mim é um assunto difícil, principalmente, de desvincular o início do presente (ideal e o real), antigo e novo. (Discente 1) • A relação de gênero e políticas públicas, contudo, entendo que não daria para abraçar as várias questões que envolve gênero, mas situar mais a eficácia das políticas públicas nas questões que envolvem gênero (Discente 2) • Weber, Hobbes, Gramsci: os contratualistas e mais as cotas, políticas públicas e orçamento que serão fundamentais futuramente (Discente 3) • Um conhecimento maior das articulações do Estado brasileiro, com mais textos nacionais. E como funciona o sistema e as teorias do Estado brasileiro ao longo da História.

Quais as lições e aprendizados da disciplina?	• Para mim, tentar manter um olhar imparcial diante dos fatos, não me envolver com os temas de forma pessoal ou seja o conselho toda vez dado pela professora. Fora todos os assuntos que aprendi e que está me possibilitando amadurecer na vida (Discente 1) • Relacionar as teorias do Estado, a partir dos teóricos discutidos em sala com a realidade (Discente 2) • Eu particularmente aprendi mais no seminário que junto com outros colegas vim apresentar apesar do meu nervoso (Discente 3) • Como não tinha muito conhecimento sobre a Teoria do Estado junto com a perspectiva de gênero foi acumulação e aprendizado muito interessante, conhecendo nos autores e textos. Consegui entender um pouco sobre essas articulações políticas, esclareceu o jogo de interesses políticos e suas políticas discriminativas e opressiva. (Discente 4)
Como ligar a teoria a prática?	• A Teoria do Estado? Ou todas as teorias do curso nas nossas práticas diárias?? Entendendo a origem histórica desses conceitos que embora tenham passado tanto tempo são atuais. Na realidade conseguir explicações do presente no passado (Discente 1) • Se apropriando dos conteúdos teóricos para construir análise da realidade para dar respostas contextualizada com o objeto central (Discente 2) • Praticando estrategicamente, fazendo uso das teorias, com projetos e pesquisas de monitoramento, com objetivo de encontrar as falhas e erradicá-las (Discente 3) • Compreendi que o interesse sobre a política e sua prática tem que ser mais profunda precisamos conhecer mais sobre as teorias para poder praticá-la. Compreendi, também, que devemos conhecer mais sobre o nosso sistema brasileiro, além de outros. (Discente 4)

Elaboração da autora

IV – A GUIA DE CONCLUSÃO: alguns desafios para ensino, pesquisa e construção teórica

Conforme me referi no início deste texto, não era meu objetivo esgotar as problematizações levantadas na abordagem do tema. Entretanto, percebe-se, principalmente, da fala dos alunos que há um vasto campo a ser explorado na intersecção entre Gênero e Estado. Sendo assim, acredito que estamos diante da construção de um campo de estudos de Gênero e Teoria do Estado. Há bons trabalhos a serem citados, mas no Brasil, essa temática vem se organizando no âmbito das disciplinas Ciência Política e estudos da Administração Pública.

Neste contexto, eu gosto da idéia proposta por Thomaz Khun sobre a estrutura das revoluções científicas...*que há um processo de substituição de um paradigma por outro*. Não se trata, assim, de desfazer a Teoria do Estado (nas suas diversas versões sobre origem e extensão do poder do Estado), mas se trata de olhar, a partir, destas referências com a perspectiva de gênero, compreendendo as assimetrias de poder entre homens e mulheres e buscando respostas para algumas das questões do ensino, da pesquisa e da *vida como ela é*.

Parece-me que trata-se de trazer para este conjunto de teorias, a explicação do lugar social e político das mulheres, considerando que há o desafio de fornecer uma outra interpretação para as relações de poder no Estado Capitalista, abrindo novas possibilidades de compreensão do *hibridismo* por quais algumas categorias de análise passam e, aí, sim, se constroem (ou desconstroem!!!). Trocando em miúdos: no *estado da arte* da articulação entre Ciência Política/Administração Pública e Gênero (enquanto campo de estudos) a tarefa que esta experiência coloca é a de formar alunos/as, que a partir da interpretação tradicional, tragam para a disputa deste campo (os estudos de gênero) uma interpretação não tradicional das relações de poder entre homens e mulheres; brancos e não brancos e todas as formas de diversidade manifesta no espaço público.

5 REFERÊNCIAS

MACKINON, Catharine A. **Hacia una teoria feminista del Estado**. (Parte I - cap. 1 e 2). Madri: Cátedra. 1989, p. 23-81.

PATEMAN, Carole. **O Contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 (Cap. 2, p. 38-63)

MIGUEL, Luiz. F. Teoria Política Feminista e Liberalismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, no. 44, outubro 2000.

SCOTT, Joan. “O enigma da igualdade. **Estudos feministas**. Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

MILIBAN, Ralfh. O sistema estatal e a elite do estado. In. CARDOSO, F.H e MARTINS. **Política e Sociedade** Vol. I. SP : Ed. Nacional. 1979, pg.135-147;

WEBER, Max. A Dominação. In. CARDOSO, F.H e MARTINS, **Política e Sociedade** Vol. I. SP:Ed. Nacional. 1979 . ppg.9-20

DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a emergência de uma noção de cidadania. In: DAGNINO (org), E. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria do Estado**. Campinas, SP: Papirus, 1988. p.63-89 ; 89-118; 165 – 194.

ELSON, Diane. Inclusão de gênero em orçamentos governamentais no contexto da globalização. In: **Seminário Macroeconomia, Orçamento e Gênero**. Brasília, DF.

MACHADO, L. Z. Perspectivas em confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo ? **Serie Antropologia (284)**. Brasília, 2000.

COSTA, A.A.A. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador:NEIM, Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.

MILK: a voz da igualdade. Filme dirigido por Gus Van Sant. EUA, 2008 (disponível em DVD).